

Projetos para Votação em Plenário

1) PL 822/2003	Ver. GOULART (PSD)	Votação: ADIADO Por seis sessões a pedido do Ver. Jair Tatto.			
" DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE REBAIXAMENTO DE LENÇOL FREÁTICO, DA LAVAGEM DA VIA PÚBLICA POR PARTICULARES, DA PROIBIÇÃO DO USO DO SUBSOLO PARA ANCORAGENS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)			
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)			
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)			
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)			
		Ver. EDIR SALES (PSD)			
		Ver. JAIR TATTO (PT)			
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)			
		Ver. OTA (PSB)			
Relator: Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)			
Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					

Obs: Prazo de Vistas Vencido na Comissão.

Adiado por 4 (quatro) sessões em 27/04/2016 a pedido do Ver. Ricardo Nunes.

Adiado por 6 (seis) sessões em 08/06/2016 a pedido do Ver. Jair Tatto.

2) PL 407/2011	Ver. JAMIL MURAD (PC DO B)	Votação: APROVADO FAVORÁVEL			
ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 90 DA LEI 13.725, DE 09 DE JANEIRO DE 2004, COM A FINALIDADE DE DETERMINAR A INSCRIÇÃO NO CADASTRO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE PARA CADA CLASSE DE PRODUTOS E SUA RENOVAÇÃO ANUAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	X		
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	X		
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)			
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	X		
		Ver. EDIR SALES (PSD)	X		
		Ver. JAIR TATTO (PT)	X		
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	X		
		Ver. OTA (PSB)	X		
Relator: Ver. JAIR TATTO (PT)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	X		
Parecer: FAVORÁVEL					

Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.

Adiado por 1 (uma) sessão em 01/06/2016 a pedido do Ver. Ricardo Nunes.

3) PL 633/2013	Ver. JOSE AMERICO (PT)	Votação: APROVADO FAVORÁVEL			
INSTITUI O PROGRAMA PARA A VALORIZAÇÃO DE INICIATIVAS ESPORTIVAS - VAE NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E RECREAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	X		
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	X		
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)			
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	X		
		Ver. EDIR SALES (PSD)	X		
		Ver. JAIR TATTO (PT)	X		
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	X		
		Ver. OTA (PSB)	X		
Relator: Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	X		
Parecer: FAVORÁVEL					

Obs: Prazo de Vistas Vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 30/03/16 a pedido do Ver. Jonas Camisa Nova. Adiado por 4 (quatro) reuniões 27/04/2016 a pedido do Ver. Abou Anni.

Comissão de Finanças e Orçamento
Pauta da 14ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 08/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

4) PR 39/2013	Ver. NATALINI (PV)	Votação: APROVADO FAVORÁVEL			
ESTABELECE A REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO DE CARBONO PERIÓDICO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. .			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	X		
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	X		
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)			
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	X		
		Ver. EDIR SALES (PSD)	X		
		Ver. JAIR TATTO (PT)	X		
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	X		
		Ver. OTA (PSB)	X		
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	X		
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORAVEL					
Obs: Prazo de Vistas Vencido na Comissão.					

Projetos de Deliberação das Comissões

5) PL 446/2013	Ver. NATALINI (PV)	Votação: PENDENTE DE VOTAÇÃO			
DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE MICRO EMPREENDEDORES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)		X	
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)		X	
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)			
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)		X	
		Ver. EDIR SALES (PSD)		X	
		Ver. JAIR TATTO (PT)	X		
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)			X
		Ver. OTA (PSB)	X		
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	X		
Relator: Ver. RICARDO NUNES (PMDB)					
Parecer: CONTRARIO					
Há voto em separado de autoria do Ver. Abou Anni: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA					
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 27/4/2016 a pedido do Ver. Ota. Adiado por 1 (uma) sessão em 1/6/2016 a pedido do Ver. Adolfo Quintas. Pendente de Votação em 8/6/2016. Os vereadores votaram como segue: Favoráveis ao relatório do relator: Jair Tatto, Ota e Ricardo Nunes; Contrários ao relatório do relator: Abou Anni, Adolfo Quintas, Aurélio Nomura e Edir Sales; Absteve-se: Jonas Camisa Nova.					

6) PL 496/2013	Ver. LAÉRCIO BENKO (PHS)	Votação: APROVADO FAVORÁVEL			
DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROCESSO DE RECICLAGEM DE GARRAFAS PET REALIZADA POR EMPRESAS EM REGIME DE PARCERIA COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO E COMUNIDADES.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	X		
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	X		
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)			
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	X		
		Ver. EDIR SALES (PSD)			
		Ver. JAIR TATTO (PT)	X		
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	X		
		Ver. OTA (PSB)	X		
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	X		
Relator: Ver. ABOU ANNI (PV)					
Parecer: FAVORAVEL					
Obs: Prazo de Vistas Vencido na Comissão.					

Comissão de Finanças e Orçamento
Pauta da 14ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 08/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

7) PL 223/2015	Ver. PATRÍCIA BEZERRA (PSDB)	Votação: APROVADO FAVORÁVEL			
INSTITUI A SEMANA MUNICIPAL DE APOIO E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O PARTO HUMANIZADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	X		
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	X		
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)			
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	X		
		Ver. EDIR SALES (PSD)			
		Ver. JAIR TATTO (PT)	X		
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	X		
		Ver. OTA (PSB)	X		
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	X		
Obs: Prazo de vistas vencido na comissão.					

8) PL 258/2015	Ver. ADILSON AMADEU (PTB)	Votação: APROVADO FAVORÁVEL			
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR O "FESTIVAL FOOD TRUCK" NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DA CIDADE. Relator: Ver. OTA (PSB) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	X		
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	X		
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)			
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	X		
		Ver. EDIR SALES (PSD)			
		Ver. JAIR TATTO (PT)	X		
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)			
		Ver. OTA (PSB)	X		
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	X		
Obs: Prazo de vistas vencido na Comissão.					

9) PL 480/2015	Ver. TONINHO PAIVA (PR)	Votação: APROVADO FAVORÁVEL			
DENOMINA DR. OSMAR DE OLIVEIRA, O LOGRADOURO INOMINADO, SITUADO NAS CONFLUÊNCIAS DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO: RUA DEPUTADO SALVADOR JULIANELLI, RUA TAGIPURU E RUA PROFESSOR WILFRIDES ALVES DE LIMA DISTRITO DA BARRA FUNDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)	X		
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	X		
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)			
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	X		
		Ver. EDIR SALES (PSD)			
		Ver. JAIR TATTO (PT)	X		
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	X		
		Ver. OTA (PSB)	X		
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	X		
Obs: Prazo de Vistas Vencido na Comissão.					

10) PL 718/2015	Ver. CALVO (PDT)	Votação: ADIADO Por duas reuniões a pedido do Ver. Jair Tatto.			
ALTERA A LEI Nº 14.485, DE 19 DE JULHO DE 2007, PARA INCLUIR O DESFILE DO BLOCO CARNAVALESCO SOVACO DE COBRA, NO DOMINGO QUE ANTECEDE A SEMANA DO CARNAVAL PAULISTANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. ABOU ANNI (PV) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ABOU ANNI (PV)			
		Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)			
		Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)			
		Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)			
		Ver. EDIR SALES (PSD)			
		Ver. JAIR TATTO (PT)			
		Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)			
		Ver. OTA (PSB)			
		Ver. RICARDO NUNES (PMDB)			
Obs: Prazo de Vistas Vencido na Comissão. Adiado por 2 (duas) sessões em 08/06/2016 a pedido do Ver. Jair Tatto.					

Requerimentos

11) REQ. FIN 46/2016	Ver. EDIR SALES (PSD)			
Data do Requerimento: 02/06/2016				
<p>Considerando a importância da instalação da UBS (Unidade Básica de Saúde) da VILA EMA no Parque São Lucas que poderá atender 28 mil habitantes esperada há mais de 20 anos;</p> <p>Considerando que a obra está parada, com materiais de construção ao relento e sujeitos a furto, e o local submetido às fortes chuvas causando enorme quantidade de lixo e entulho, acumulando água parada em quase todos os cômodos da edificação, sendo um foco para doenças como dengue e leptospirose, além do mato alto que possibilita o esconderijo de drogas e outras contravenções, depreciando a construção já feita até o momento;</p> <p>Considerando que a população da Vila Ema anseia por um atendimento melhor na saúde e do jeito que está tem de se deslocar bastante até a UBS de outros bairros inclusive tendo que pagar a condução do ônibus para ir até outra UBS;</p> <p>Considerando que a UBS Vila Ema vai proporcionar melhores atendimentos na saúde para os munícipes do bairro como sala de raio-x, atendimento bucal, espaço para vacinas, coleta de sangue, consultórios médicos, atendimento as crianças, idosos e deficientes;</p> <p>REQUEIRO, nos termos e forma do Regimento Interno desta Casa, à Comissão de Finanças e Orçamento que solicite ao SR. PREFEITO FERNANDO HADDAD e ao SECRETÁRIO DE SAÚDE EXMO. SR. ALEXANDRE PADILHA que encaminhe informações referentes a obra: ao andamento e cronograma, valores iniciais e aditados, bem como prazo de entrega à população da UBS-Vila Ema, por ser medida de alta relevância para a população da Zona Leste da Capital.</p>				
	Votação: APROVADO			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ABOU ANNI (PV)	X		
	Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)			
	Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)			
	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	X		
	Ver. EDIR SALES (PSD)			
	Ver. JAIR TATTO (PT)			
	Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	X		
	Ver. OTA (PSB)	X		
	Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	X		

Comissão de Finanças e Orçamento
Pauta da 14ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 08/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

12) REQ. FIN 47/2016	Ver. EDIR SALES (PSD)
Data do Requerimento: 02/06/2016	

Considerando a importância e urgência da instalação da UBS (Unidade Básica de Saúde) – PRO MORAR no Sapopemba que poderá atender 18 mil habitantes esperada há mais de 20 anos; Considerando que a obra está parada, com materiais de construção ao relento e as fortes chuvas causam enorme quantidade de lixo e entulho, acumulando água parada em quase todos os cômodos da edificação, sendo um foco para doenças como dengue e leptospirose, além do mato alto que possibilita o esconderijo de drogas e outras contravenções, depreciando a construção já feita até o momento;

Considerando que a população do Pro Morar e região anseiam por um atendimento melhor na saúde, e, do jeito que está, tem que se deslocar bastante até a UBS de outros bairros, inclusive pagando condução para atendimento na UBS Teotônio Vilela ou UBS Jd. Tietê I quando é atendido;

Considerando que a UBS – Pro Morar vai proporcionar melhores atendimentos na saúde e nos atendimentos para os munícipes do bairro como sala de raio-x, atendimento bucal, espaço para vacinas, coleta de sangue, consultórios médicos, ginecologia, enfermagem, atendimento as crianças, idosos e deficientes;

REQUEIRO, nos termos e forma do Regimento Interno desta Casa, à Comissão de Finanças e Orçamento que solicite ao SR. PREFEITO FERNANDO HADDAD e ao SECRETÁRIO DE SAÚDE EXMO. SR. ALEXANDRE PADILHA que encaminhe informações referentes a obra: andamento e cronograma valores iniciais e aditados, bem como prazo de entrega à população da UBS - Pro Morar, por ser medida de alta relevância para a população da Zona Leste da Capital.

Votação: APROVADO

	Favor	Contra	Abst.
Ver. ABOU ANNI (PV)	X		
Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)			
Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)			
Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	X		
Ver. EDIR SALES (PSD)			
Ver. JAIR TATTO (PT)			
Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	X		
Ver. OTA (PSB)	X		
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	X		

Requerimentos - extrapauta

13) REQ. FIN 48/2016	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)
Data do Requerimento: 08/06/2016	

Considerando que com as constantes chuvas a Avenida Professor Abraão de Moraes sofreu um solapamento, na altura da Rua Dom Bernardo Nogueira, sentido Imigrantes;

Considerando que o acesso da Rua Dom Bernardo Nogueira, sentido único, para a Avenida Professor Abraão de Moraes, sentido centro está totalmente interditado, prejudicando os moradores do entorno e o grande fluxo de veículos que por ali passam, sem previsão de liberação (doc. em anexo);

Considerando que a referida Avenida convive com obras e enchentes há mais de duas décadas, sem resultados;

Requeiro nos termos regimentais, ao Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, que seja marcada uma Audiência Pública para discutir o assunto, convidando representantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras.

Votação: APROVADO			
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ABOU ANNI (PV)	X		
Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	X		
Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)			
Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	X		
Ver. EDIR SALES (PSD)			
Ver. JAIR TATTO (PT)			
Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	X		
Ver. OTA (PSB)	X		
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	X		

14) REQ. FIN 49/2016	Ver. ABOU ANNI (PV); Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD); Ver. AURELIO NOMURA (PSDB); Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS); Ver. OTA (PSB); Ver. RICARDO NUNES (PMDB)
----------------------	--

Data do Requerimento: 08/06/2016

A SUBCOMISSÃO DA SAMPAPREV/IPREM, da CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, por seu Presidente, Vereador AURÉLIO NOMURA, e o Vereador RICARDO NUNES, Vice-Presidente da mesma Subcomissão, vêm, respeitosamente, à presença de V. Exa., com fundamento no art. 5º, LV, da Constituição Federal, e arts. 31, “caput” e Parágrafo único, e 147 do Regimento Interno dessa E. Corte, apresentar o presente PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E REEXAME em face da decisão prolatada monocraticamente pelo Exmo. Conselheiro MAURÍCIO FARIA, que indeferiu pedido de estudos e análise de impacto financeiro formulado por esta Subcomissão, pelos motivos que passam a expor:

I DOS FATOS

A Câmara Municipal de São Paulo instalou a Subcomissão da SAMPAPREV/IPREM, com o fim específico de estudar, debater e aprimorar o PL nº 558/2015, de iniciativa do Executivo, que ‘Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos do Município de São Paulo, titulares de cargos de provimento efetivo da Administração Direta, suas Autarquias e Fundações, da Câmara Municipal, do Tribunal de Contas do Município e seus Conselheiros; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo RPPS; e autoriza a criação da Entidade Fechada de Previdência Complementar do Município de São Paulo – SAMPAPREV’.

A Subcomissão da SAMPAPREV/IPREM aprovou colegialmente, nos termos Regimentais, em Sessão realizada em 16 de março p.p., o Requerimento apresentado pelo nobre Vereador Ricardo Nunes, com o objetivo de que fosse oficiado o Tribunal de Contas do Município de São Paulo solicitando que fossem realizados “estudos e análise de impacto financeiro para subsidiar esta subcomissão com informações suficientes para a construção de um parecer condigno com a importância do PL 558/2015”,

Apresentada a solicitação nos termos aprovados, o E. Tribunal de Contas, conforme informado pela Presidência do TCM através do Ofício SSG-GAB nº 9782/2016, de 30 de maio de 2016, inicialmente ouviu a sua Secretaria de Fiscalização e Controle daquela Corte, tendo este órgão técnico se manifestado no sentido de inviabilidade da realização dos estudos nos termos solicitados, pelos seguintes motivos: "A realização de estudos e análise de impacto financeiro do referido projeto englobam verificações relativas a projeções atuariais que necessitam de profissional ou empresa especializada na área. Destaque-se que o próprio Instituto de Previdência Municipal de São Paulo - Iprem, por não possuir profissional atuário em seu quadro, contrata empresas, por meio de licitação, para execução do seu relatório de avaliação atuarial”.

A seguir, o Conselheiro Relator, Exmo. Dr. Maurício Faria, aduziu que “Na realidade, esta Subsecretaria de Fiscalização e Controle não possui em seu quadro profissional com formação em Ciências Atuariais, ou seja, com especialização em problemas securitários, de previdência social e privada, com atuação nas áreas de análise de risco, de previdência complementar considerando planos de aposentadorias e pensões. É esse profissional quem define as reservas que as companhias devem ter para garantir o pagamento dos benefícios ou dos compromissos contratados. Para isso, estima a incidência de doenças, mortes, acidentes de trânsito ou de trabalho e fenômenos naturais. O atuário só pode trabalhar se tiver registro no Instituto Brasileiro de Atuaria e para isso, deve se submeter a um exame depois da graduação. Posto isto, informamos que não temos condições de efetuar os estudos e as análises solicitadas pela Câmara Municipal.”

Consignou ainda o Exmo. Conselheiro Maurício Faria que, conforme determinação dos arts. 15 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, devem ser acompanhados de diversos estudos, inclusive de estimativa do seu impacto orçamentário-financeiro. Assim, “o Projeto de Lei nº 558/2015, embora no longo prazo possa resultar em economia para o Erário, no curto prazo, poderá produzir um aumento de despesas ao Tesouro Municipal, uma vez que o ingresso de novos servidores vinculados /2015 ao regime previdência complementar ocasionará a diminuição da receita de contribuições ao Instituto de Previdência do Município de São Paulo (Iprem), com o conseqüente aumento dos repasses da Prefeitura do Município de São Paulo para a cobertura do déficit do Iprem.”. E concluiu: “Assim, indefiro o pedido, por falta de quadros técnicos especializados que o caso concreto exigiria, nos termos da manifestação da Subsecretaria de Fiscalização e Controle, determinando o arquivamento do presente expediente, dando-se ciência da presente decisão ao Nobre Edil, acompanhado de cópia da referida manifestação”

Contudo estão certos os Requerentes de que esse E. Tribunal de Contas se dignará reconsiderar tal decisão, por não ser a que melhor atende ao interesse público e aos princípios constitucionais e legais que regem a matéria.

II DAS RAZÕES DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

II. 1 Da incompetência absoluta

Inicialmente, convém destacar que a solicitação de estudos e análise financeira formulada perante essa E. Corte, não foi formulada isoladamente pelo Nobre Vereador Ricardo Nunes, como equivocadamente mencionado pelo Exmo. Conselheiro Maurício Faria, mas sim apresentada pela SUBCOMISSÃO DA SAMPAPREV/IPREM. com as prerrogativas constitucionais e legais que lhe são próprias (as mesmas que as das Comissões da Câmara Municipal, tal como assegurado pelos arts. 31, 49, X e 58, “caput” e § 2º, da Constituição Federal, arts. 32, “caput” e § 2º, e 48, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, arts. 46 e 55, § 2º e 56 do Regimento Interno da Câmara Municipal e arts. 1º 8º, I e 10 da Resolução nº 06/00, dessa E. Corte de Contas.

Assim, “venia concessa”, a solicitação de estudos e de análise financeira não poderia ser indeferida singularmente pelo Conselheiro Maurício Faria, por tratar-se de matéria de competência exclusiva do Tribunal Pleno dessa E. Corte, nos termos dos arts. 31, “caput” e Parágrafo único, incisos IX e XV, do Regimento Interno dessa Corte, tendo em vista os incisos 32, “caput e § 2º, II, 48, inciso IV, “a”, da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Ressalte-se que não se trata de matéria prevista como de competência do Juiz Singular, nos termos do art. 33 do Regimento Interno dessa E. Corte, havendo de aplicar-se, portanto, “in casu”, o princípio geral da colegialidade das decisões dessa Corte, tal como fixado nos termos constitucionais e legais, devendo as exceções a esse princípio geral ser interpretadas restritivamente.

Por fim, estabelece expressamente o art., 31, Parágrafo único, inciso XV, do Regimento Interno dessa Corte:

“Art. 31.

Parágrafo único. São atribuições exclusivas do Tribunal Pleno (...)

XV - referendar as informações prestadas pelo Presidente ou Relator, quando solicitadas pela Câmara Municipal, por suas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre os resultados de auditorias e inspeções realizadas;”

Daí que informação no sentido de impossibilidade de atender solicitação de Subcomissão da Câmara Municipal de São Paulo, por ausência de quadros técnicos na Corte de Contas deveria ter sido ao menos sido referendada pelo Tribunal Pleno, o que não ocorreu.

Tratando-se a decisão monocrática proferida nos presentes autos pelo Conselheiro Maurício Faria, de decisão não revestida da necessária competência constitucional e regimental, requerem os Requerentes que esse E. Tribunal, em face da incompetência absoluta, cognoscível inclusive “ex officio”, reconsidere o indeferimento prolatado para o fim de que os autos sejam encaminhados ao Tribunal Pleno, para que, a final, venha essa Corte acolher a solicitação inicial formulada pelos ora Requerentes.

II. 2 Da relevância da solicitação

Como se sabe, o Controle Externo confiado pela Constituição da República ao Poder Legislativo Municipal, é exercido tanto em suas funções legislativas como em suas funções fiscalizadoras

(arts.. 29, inciso XI, 49, inciso X, 70 e 71). E, no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo, por meio de seu Plenário, de suas Comissões ou Subcomissões, nos termos da Lei Orgânica e do seu Regimento Interno

A Constituição Federal que, em seus arts. 31, 71 e 75, atribuiu à Câmara Municipal de São Paulo a titularidade do Controle Externo no Município, assegurou-lhe, simultaneamente, o auxílio técnico do Tribunal de Contas do Município. O TCM, embora órgão independente e de inegável relevância no regime republicano, tem como missão constitucional precípua o auxílio e a cooperação técnica à Câmara Municipal, no exercício de seu controle externo (cf. STF, Pleno, ADI 687, Rel. Min. Celso de Mello, j. 02/02/1995, DJ 01/02/06)

Por tal motivo é que o art. 48 da Lei Orgânica dispõe, em seu art. 48, “caput”, que “o controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Município de São Paulo”. E assegurou às Comissões e Subcomissões, seu art. 32, § 2º, II, pelos motivos já assinalados, “fiscalizar, inclusive efetuando diligências, vistorias e levantamentos ‘in loco’, os atos da administração direta e indireta, nos termos da legislação pertinente, em especial para verificar a regularidade, a eficiência e a eficácia dos seus órgãos no cumprimento dos objetivos institucionais, recorrendo ao auxílio do Tribunal de Contas, sempre que necessário”.

Por outro lado, prevê o art. 10 da Resolução nº 06/00 do TCM:

“Art. 10- A critério dos Conselheiros ou por deliberação das Câmaras ou do Plenário, poderão ser realizadas auditorias não previstas no Plano Anual, ante a ocorrência de fatos cuja relevância exija apuração imediata, ou, ainda, quando constituírem pedido da Câmara Municipal, através de qualquer de suas Comissões, nos termos do art. 48, IV, “a”, da Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Ora, na hipótese presente, constatou a SUBCOMISSÃO DA SAMPAPREV/IPREM a necessidade de recorrer ao auxílio do Tribunal de Contas, diante da grave responsabilidade que lhe foi confiada pela Comissão de Finanças e Orçamento no ato de sua criação, qual seja, a de examinar Projeto de Lei de grande interesse para a Municipalidade e que envolve quantias econômicas elevadas, e que afetará significativamente a vida de milhares de servidores, e do orçamento público municipal, não somente no presente mas nas décadas vindouras.

Não são necessárias considerações adicionais quanto a extrema importância do tema. A quantia vultosa de recursos envolvidos na lei a ser aprovada, passível de significativas melhorias, e seus consequentes impactos nos campos político, financeiro, econômico e social no Município, justificam a realização deste minucioso trabalho de estudos e análises técnicas, de forma que a Câmara Municipal, e o próprio TCM, possam obter as informações e os conhecimentos necessários para a adequada elaboração legislativa e para o exercício do Controle Externo, nos termos de sua competência constitucional. Inclusive, permitirão à Câmara e ao TCM avaliar as condições para realização de futuras fiscalizações, bem como “assegurar a eficácia do controle e subsidiar o julgamento de contas, atos e contratos” (art. 1º da Resolução 06/00 do TCM). O TCM terá condições técnicas e a imparcialidade necessária para fixar as balizas do trabalho a ser feito, formular os quesitos pertinentes a serem avaliados e dirimidos, interpretar adequadamente os resultados alcançados, para que possam subsidiar os trabalhos do Poder Legislativo, ensejando uma frutuosa cooperação institucional.

Com a devida vênia, a ausência de profissionais especializados em ciência atuarial na Corte de

Contas, como informado, não consistirá, por si só, em impedimento para a realização do trabalho solicitado, já que, ao menos em um primeiro momento, o TCM poderá pedir o afastamento de servidores do TCU, do TCE ou de outros órgão ou entidades públicas com especialização na matéria. Em última hipótese, poderá essa C. Corte contratar empresas que auxiliem em tais estudos e análises, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, de maneira a alcançar tempestivamente os resultados almejados.

Como se constata, impõe-se a reconsideração e o reexame do pedido formulado pelos Recorrentes, a fim de que esse E. Tribunal, mais uma vez, venha atender aos relevantes interesses do Município, nos termos de sua missão constitucional.

III CONCLUSÃO

Em face de todo o exposto, aguardam os Requerentes que E. Corte de Contas se digne conhecer e dar provimento ao presente PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E DE REEXAME, com fulcro no art. 5º, LV da Constituição Federal e nos arts. 31, “caput” e Parágrafo único e 147, “caput” do Regimento Interno desse E. Tribunal, para o fim de, acolhendo ao postulado, tornar sem efeito a decisão de indeferimento do Juiz Singular, Exmo. Maurício Faria, em razão da incompetência absoluta ora suscitada, matéria cognoscível “ex officio”, e encaminhar-se o presente feito ao Pleno desse Tribunal, nos termos regimentais, para que possa apreciar o pedido e dar-lhe acolhimento, determinando tal como solicitado pelos Requerentes, a realização de “estudos e análise de impacto financeiro para subsidiar esta subcomissão com informações suficientes para a construção de um parecer condigno com a importância do PL 558/2015”,

Termos em que,
Pedem e esperam deferimento.

Votação: APROVADO			
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ABOU ANNI (PV)	X		
Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	X		
Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)			
Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	X		
Ver. EDIR SALES (PSD)			
Ver. JAIR TATTO (PT)	X		
Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	X		
Ver. OTA (PSB)	X		
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	X		

15) REQ. FIN 50/2016	Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)
Data do Requerimento: 08/06/2016	
Requeiro nos termos do regimento interno a Realização de Audiência Pública para tratar sobre a Viabilidade e Implantação da Subprefeitura do Tatuapé.	

Comissão de Finanças e Orçamento
Pauta da 14ª Reunião Ordinária de 2016

Data da Reunião: 08/06/2016 - Horário: 11:30 horas
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Votação: APROVADO			
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ABOU ANNI (PV)	X		
Ver. ADOLFO QUINTAS (PSD)	X		
Ver. ATILIO FRANCISCO (PRB)			
Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	X		
Ver. EDIR SALES (PSD)			
Ver. JAIR TATTO (PT)	X		
Ver. JONAS CAMISA NOVA (DEMOCRATAS)	X		
Ver. OTA (PSB)	X		
Ver. RICARDO NUNES (PMDB)	X		